

Constituintes serão punidos

Os deputados e senadores que votaram o incremento das transferências das receitas da União para os Estados e Municípios estão incluídos numa lista daqueles segmentos de Governo que vão perder privilégios orçamentários.

Não haverá mais bolsas de estudo para distribuição a cada parlamentar, rubricas específicas para o atendimento a escolas, albergues, centros de recreação, nem facilidades de intermediação em favor de recursos para projetos de interesse regional, local e até mesmo individual.

Os recursos para esses tipos de programas estão esgotados. O Governo vai concentrar-se no custeio de sua máquina administrativa, que sofrerá também um grande enxugamento na política de investimentos na área da infra-estrutura, na política social (saúde, segurança e atendimento às áreas carentes).

Os recursos para investimentos estão também limitados.